

# Reflexões sobre a crise econômica



**Ives Gandra  
Martins**  
PROFESSOR DE  
DIREITO E  
ESCRITOR

**A** pesar das sucessivas manifestações do presidente Lula e das autoridades econômicas no sentido de que o Brasil está blindado contra a crise americana, por força de suas reservas, de sua economia estar voltada fundamentalmente para o mercado interno e de termos menos de 20% de nossas exportações destinadas ao mercado dos Estados Unidos, pessoalmente, entendo que não podemos nos considerar inatingíveis. É certo que em virtude de todo o trabalho realizado desde o governo Itamar, para dar melhores fundamentos à

economia brasileira, o Brasil está hoje em melhores condições de enfrentar a crise econômica internacional do que no passado. Estamos, entretanto, longe de nos considerar imunes aos reflexos da crise americana, que poderá ser mais longa e mais aguda do que os áulicos da nação apregoam.

De início, há dois elementos preocupantes, a saber: de um lado, a fuga de US\$ 21 bilhões de investimentos estrangeiros em 2007, que podem crescer se a crise continuar e, de outro lado, a projeção do governo de um crescimento para o Brasil superior ao do ano passado, com orçamento preparado, em nível de receitas e despesas, a partir daquelas projeções otimistas.

Se a fuga de investimentos estrangeiros continuar aumentando

## Não sou otimista quanto à alegada blindagem da economia brasileira neste momento

— em busca mais da segurança propiciada pelas nações desenvolvidas, que de rendimentos — e se a economia desenvolver-se menos que o esperado, as despesas públicas previstas para outro cenário terminarão pressionando a Receita para que obtenha mais recursos tributários, o Banco Central para que consiga mais empréstimos, a fim de que se cubra o possível diferencial sem emissão de moeda e inflação. Vale dizer, teremos uma carga tributária maior e juros crescentes.

Não estou, pois, convencido de que a sugestão do atual diretor-geral do FMI, professor Strauss-Khan, de flexibilização da política fiscal, seja uma boa solução. Se os países emergentes a adotarem, tenderão a retomar o debilitado processo inflacionário e os países desenvolvidos terão de lutar para conter um acréscimo de demanda que, fatalmente, pressionará os preços finais.

Por outro lado, a redução dos juros nos Estados Unidos, se, de um lado, diminui o impacto da dívida dos consumidores e estimula o consumo, de outro lado, fragiliza a possibilidade de os bancos em dificuldade recomporem seus prejuízos com juros mais elevados. O próprio impacto do aumento do consumo não permitirá que a cobertura dos prejuízos te-

nha a mesma velocidade. Irving Fischer, no seu clássico *Teoria do juro*, formula conceito suficientemente auto-esclarecedor, ao observar que a taxa de juros é “determinada pela impaciência de gastar (consumir) e a oportunidade de investir (poupança)”.

Enfim, o cenário não é claro e, pessoalmente, não sou otimista quanto à blindagem alegada, motivo pelo qual gostaria de maior prudência do governo, principalmente na sua incrível capacidade de aumentar, todos os anos, as despesas de custeio e de forma não tão transparente quanto a sociedade deseja.

Roberto Campos, em prefácio para livro meu, escreveu que “a melhor forma de evitar a fatalidade é conhecer os fatos”. É o que deve o governo procurar, na crise atual.